

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC KLEBER SILVINO DA SILVA LIMA

O DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO NORDESTE BRASILEIRO OCORRIDO EM 2019:
Sob a Lente da Securitização e Segurança Marítima

Rio de Janeiro

2023

CC KLEBER SILVINO DA SILVA LIMA

O DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO NORDESTE BRASILEIRO OCORRIDO EM 2019:
Sob a Lente da Securitização e Segurança Marítima

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Luis Fernando Nogueira Pompeu

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder a saúde necessária para superar o desafio de produzir este trabalho.

À minha esposa, pelo apoio e companheirismo durante todos os momentos, sempre ao meu lado.

Aos meus filhos, pela compreensão que tiveram na minha ausência.

Ao meu orientador, CMG (RM1) Pompeu, pelo apoio e precisas orientações prestadas na confecção do trabalho.

RESUMO

As águas interiores e o mar são locais estratégicos importantes para o Brasil. Complementarmente, o Atlântico Sul não é apenas uma fonte de oportunidades, há ocorrência de ameaças que exigem uma estrutura adequada para seu monitoramento e fiscalização. O derramamento de óleo, ocorrido em 2019, no litoral brasileiro, provocou danos econômicos, ambientais e de saúde pública, apresentando características e dimensões específicas que o distingue dos correntes derramamentos de óleo ocorridos anteriormente no Brasil. De modo geral, possibilitou tornar as ameaças ao mar um assunto debatido na sociedade brasileira. Nesta conjuntura, o trabalho apresenta questões referente à Segurança Marítima brasileira e seu planejamento, expondo o incidente como objeto para uma análise sob a perspectiva da Teoria da Securitização da Escola de Copenhague. Mencionado estudo, foca em verificar se houve Securitização do derramamento de óleo, analisando as ações implementadas no seu combate, os discursos apresentados e a politização observada e de maneira mais ampla, como a Securitização pode impulsionar as atividades de Segurança Marítima.

Palavras-chave: segurança marítima; crimes ambientais; derramamento de óleo no litoral brasileiro; teoria da securitização; escola de Copenhague.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACISO -	Ação Cívico-Social
AFRICOM -	<i>African Command</i> (Comando Africano)
AJB -	Águas Jurisdicionais Brasileiras
AM -	Autoridade Marítima
ANP -	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
BP -	<i>British Petroleum</i>
CCSM -	Centro de Comunicação Social da Marinha
CENIMA -	Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais
CIA -	<i>Central Intelligence Agency</i> (Central de Inteligência Nacional)
CISMAR -	Centro integrado de Segurança Marítima
CM -	Comandante da Marinha
CNUDM -	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
ComSoc -	Comunicação Social
CPI -	Comissão Parlamentar de Inquérito
CSMP -	Companhias de Segurança Marítima Privada
CSNU -	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DHN -	Diretoria de Hidrografia e Navegação
DPC -	Diretoria de Portos e Costas
EUA -	Estados Unidos da América
GAA -	Grupo de Acompanhamento e Avaliação
GLO -	Garantia da Lei e da Orem
IBAMA -	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IMDEC -	<i>International Maritime Defence and Exhibition Conference</i> (Conferência Internacional de Exibição de Defesa Marítima)
INPE -	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MB -	Marinha do Brasil
MMA -	Ministério do Meio Ambiente
MME -	Ministério de Minas e Energia

OMI -	Organização Marítima internacional
PEM 2040 -	Plano Estratégico da Marinha 2040
Petrobras -	Petróleo Brasileiro S.A.
PNC -	Plano Nacional de Contingência
SAR -	<i>Search and Rescue</i> (Busca e Salvamento)
SEDEC -	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
SisGAAz -	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SISTRAM -	Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo
ZEE -	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS -	Zona e Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DE SEGURANÇA MARÍTIMA.....	11
2.1 A Nova Fronteira Econômica, Oceanos Como Ativos Estratégicos.....	11
2.2 Considerações Sobre Segurança Marítima	12
2.3 Ameaças.....	14
2.4 Defesa Proativa e Reativa.....	15
3 TEORIA DA SECURITIZAÇÃO.....	17
3.1 A Escola de Copenhague.....	17
3.2 Securitização.....	17
3.3 O Movimento de Securitização da Pirataria no Golfo da Guiné.....	21
3.4 Investimentos em Segurança Marítima no Golfo da Guiné.....	24
3.5 O Movimento de Securitização da Segunda Guerra do Iraque.....	26
4 DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.....	29
4.1 Contextualização do Desastre.....	29
4.2 Gestão do Incidente.....	30
4.3 Comunicação Social e Institucional.....	34
4.4 Politização e Despolitização.....	37
4.5 Discurso da MB Durante a CPI do Óleo.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

O mar corresponde um espaço estratégico indispensável para o Brasil. Esta área retrata uma nova fronteira científica e econômica, disponibilizando rotas para o comércio internacional, meios de comunicação, fontes de recursos e de subsistência. O destaque do mar para o Brasil é representado pelo grande número de atividades econômicas relacionadas ao seu uso. Destas atividades, enfatiza-se cerca de 90% do comércio internacional, que é feito pelo mar, a exploração de gás natural e petróleo, as comunicações por meio de cabos de fibra ótica, a pesca e o turismo. Adicionalmente, aponta-se para a extensão das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) que representa metade do território brasileiro, onde o País dispõe de jurisprudência e soberania.

Neste contexto, o Atlântico Sul não representa somente uma fonte de oportunidades, há a existência de ameaças como pirataria, pesca ilegal, crime organizado, terrorismo e questões ambientais. A experiência internacional demonstra que é exigida uma maior presença dos Estados em suas águas jurisdicionais, para se alcançar a Segurança Marítima desejada, em virtude do aumento das ocorrências de atos ilegais no mar. Neste cenário, apresenta-se, como importante para a soberania nacional, o estabelecimento de uma estrutura adequada para o monitoramento e fiscalização das nossas águas jurisdicionais, com a necessária atuação interagência e, eventualmente, multinacional.

O derramamento de óleo no litoral do Brasil, verificado em 2019, que atingiu mais de 1.000 regiões, causando danos ambientais, de saúde pública e econômicos, tornou as ameaças ao mar mais tangíveis e visíveis para a sociedade. Também demonstrou uma maior necessidade de atenção, compreensão e enfrentamento destinados às ações ilícitas que ocorrem no mar. O incidente apresentou dimensões e aspectos próprios, que o diferencia dos correntes derramamentos de óleo observados no Brasil e no mundo. A origem desconhecida e a ocorrência a uma considerável distância da costa destacam o ineditismo do acidente. Outrossim, o derramamento impulsionou preocupações com a questão ambiental e, por decorrência, pode ser ampliado para outras questões relacionadas à segurança das AJB.

Com a evolução nos estudos de segurança internacional, principalmente após a II Guerra Mundial, houve a necessidade de uma expansão do desígnio da segurança para além da esfera militar, abrindo espaço para novas agendas, como a ambiental e a econômica,

todavia sem deixar de lado a perspectiva tradicional. A Escola de Copenhague¹ surgiu, no decurso das décadas de 1970 e 1980, da insatisfação com o pensamento Realista que considerava apenas o Estado e seus assuntos militares como foco para segurança. A referida Escola destaca que assuntos não militares podem se tornar questões de segurança.

Nessa conjuntura, surge a Teoria da Securitização, um produto do pensamento da Escola de Copenhague e com essência na teoria das Relações Internacionais Construtivistas. A Securitização pode ser interpretada como uma forma mais extrema de politização em que se possibilita o estabelecimento de medidas emergenciais e extraordinárias. Para analisar a Securitização é necessário examinar os discursos e políticas, pois é preciso observar o momento quando um objeto, apresentado como ameaça existencial, estabelecido de modo intersubjetivo, atinge uma audiência que o legitima e possibilita a implantação de substanciais ações políticas e medidas urgentes.

Neste contexto, ao longo do trabalho, será estudada as questões sobre Segurança Marítima brasileira e seu planejamento, apresentando, como objeto, o incidente de derramamento de óleo no nordeste brasileiro e as ações implementadas em seu combate em todos os níveis. Será exposta uma análise sobre a perspectiva da Teoria da Securitização, da Escola de Copenhague, em aspectos relacionados ao derramamento de óleo, associados às operações realizadas, discursos apresentados e a politização observada. A referida análise, foca em apurar se houve Securitização do derramamento de óleo no nordeste brasileiro e de modo mais amplo, examinar como a Securitização pode impulsionar as atividades de Segurança Marítima e seu respectivo planejamento.

A estrutura do trabalho está separada em cinco capítulos. A introdução, ora em andamento, que pretende apresentar, delimitar e demonstrar a relevância do tema, bem como descrever um breve resumo dos capítulos.

O segundo capítulo será destinado à abordagem do contexto da Segurança Marítima brasileira; as atividades relacionadas ao mar ou dependente dele; a importância estratégica do mar para a sociedade brasileira; as principais ameaças; e os aspectos de Defesa Proativa e Reativa.

¹ A Escola de Copenhague, fundada em 1985, apresentou estudos voltadas à segurança internacional. Ela estabeleceu novos modos de se verificar temas de defesa e segurança suplantando para além dos estudos tradicionais de caráter predominantemente realista.

O terceiro capítulo tratará da fundamentação teórica do conceito de Securitização, enfatizando a visão contemporânea da Escola de Copenhague e uma exemplificação do movimento de Securitização representado pela pirataria no Golfo da Guiné e os investimentos em Segurança Marítima realizados nesta região, motivados pela Securitização. O referido capítulo, também abordará o movimento de Securitização ocorrido na Segunda Guerra do Iraque e a atuação de agentes Estatais internos e externos e seus interesses específicos.

O quarto capítulo analisará o incidente de derramamento de óleo no nordeste brasileiro. Serão apresentadas as ações implementadas pelos responsáveis para combater este incidente e seu gerenciamento. Além disso, será discutida a politização ocorrida tendo como referência a Teoria da Securitização. O objetivo é verificar a ocorrência deste fenômeno e as possíveis implicações para a Segurança Marítima brasileira.

Por último, o estudo será concluído com uma síntese dos resultados e análises realizadas, baseando-se nos argumentos previamente apresentados.

Outrossim, aponta-se para a relevância do tema em virtude de abordar um problema contemporâneo relacionado à soberania e defesa nacional. Além disso, analisa as possibilidades de lidar e gerenciar ameaças no Entorno Estratégico brasileiro e destaca um incidente recente ocorrido nas AJB. O tema contribui para o aumento da Consciência Nacional Marítima e demonstra que existem ameaças tangíveis e intangíveis, apresentando possibilidades de políticas e estratégias para mitigar essas ameaças.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DE SEGURANÇA MARÍTIMA

2.1 A Nova Fronteira Econômica, Oceanos como Ativos Estratégicos

Os oceanos sempre foram centrais na existência humana, fornecendo uma infinidade de recursos e acentuando a interdependência entre as sociedades mediante uma rede de relações econômicas, financeiras, sociais e políticas, o que, recentemente, impulsiona a globalização. O transporte de bens somado a disponibilidade de diversos recursos, permitidos pelo mar, proporcionam o desenvolvimento e, desta maneira, melhoram a existência humana. Neste sentido, o mar se torna um ativo de enorme importância estratégica.

O mar se apresenta como espaço fundamental para o fortalecimento do Brasil na interação com as outras nações e para seu desenvolvimento econômico e social. Ele representa um novo limite científico e econômica da humanidade, atuando como meio de comunicação, fonte de recursos e subsistência. Como destaque, o mar está relacionado ao escoamento de mais de 90% da totalidade da produção agropecuária brasileira e por volta de 95% do gás natural e petróleo são retirados das bacias *offshore* petrolíferas. Além disso, o mar é um espaço de descoberta, trabalho, negócios e lazer. Ele também possibilita atividades de turismo e é fonte de energias renováveis. O mar integra corredores de transporte e é fonte de valores culturais, artísticos e científicos (BEIRÃO; MARQUES; RUSHEL, 2020).

Toda essa força possibilitou o nascimento, em 2004, do conceito político-estratégico da Amazônia Azul, buscando estimular a mentalidade marítima, alertando a sociedade sobre a grande relevância do mar para o Brasil. Tão vasta quanto a Amazônia Verde, a Amazônia Azul também se encontra tão ameaçada quanto a floresta. Argumenta-se que a Amazônia Azul, ainda pouco explorada, se compararmos com países de percepção mais marítima, como Portugal ou Inglaterra, representa mais do que somente um depósito de recursos primários para o país, suas águas, retratam nossa ligação com o restante do planeta (BEIRÃO; MARQUES; RUSHEL, 2020).

A nova fronteira econômica está nos mares, na chamada economia azul, que representa uma visão do mar como uma nova fonte de crescimento econômico e criação de emprego. Para aproveitar os atributos supracitados, é preciso fomentar o conhecimento, essencial para conscientizar a sociedade e os tomadores de decisão da importância

econômica que o mar representa para o desenvolvimento do país (BEIRÃO; MARQUES; RUSHEL, 2020).

Os oceanos sempre apresentaram recursos naturais aproveitados pela humanidade. Anteriormente como fonte de alimentos e transporte, e mais atualmente, pelo gás e petróleo, tal como pelo turismo e, cada vez mais, pela possibilidade de mineração do subsolo marítimo e energias renováveis. Nesta circunstância, não se espanta o fato de os Estados costeiros visualizarem seus mares como essenciais ativos nacionais, ressaltando a sua proteção. Deste modo, estimular a mentalidade marítima, alertando a sociedade brasileira, principalmente a classe política, sobre o destaque que o mar representa para o Brasil é de significativa relevância para motivar a implementação de ações diversas de apoio as atividades marítimas.

2.2 Considerações Sobre Segurança Marítima

O termo segurança apresenta muitas definições, entretanto dois aspectos são destacáveis: um subjetivo, referente a sensação ou percepção daqueles que são influenciados pelo ambiente e outro objetivo, pelo conjunto de ações colocadas em prática que atenuam as ameaças identificadas.

Conforme o Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM 2040), no papel de defesa, realizado pelo Poder Marítimo, estão envolvidas além da clássica defesa naval, em oposição as ameaças estatais, os aspectos *safety* e *security* de Segurança Marítima:

Na primeira acepção de segurança (*safety* - Segurança do Tráfego Aquaviário), o Poder Naval, dentro de suas atribuições subsidiárias particulares, na esfera da Autoridade Marítima, atua para que o tráfego seguro de embarcações seja realizado conforme as leis e as normas vigentes, por intermédio de inspeções e vistorias, prevenindo a poluição hídrica e a ocorrência de acidentes e incidentes de navegação; provê dados fidedignos para a navegação segura e realiza operações de busca e salvamento no mar aberto, entre outras atividades. Na segunda vertente (*security* - Proteção Marítima), ocorre o emprego coercitivo do Poder Naval, geralmente com a participação de outros órgãos governamentais contra variados tipos de ilícitos e quaisquer outras ameaças (BRASIL, 2020b, p. 19).

Destaca-se, na particularidade brasileira, o conceito de Autoridade Marítima (AM). A AM, exercida pelo Comandante da Marinha (CM), orienta e fiscaliza assuntos relativos à proteção da vida humana, à segurança da navegação e à prevenção da poluição do meio ambiente. Desta forma, esta concomitância das competências relativas a *safety* e a *security*, também de responsabilidade da Marinha do Brasil (MB), não deixa a possibilidade de

dúvidas de tarefas que, em outros países, são dispersas. Adicionalmente, esta simultaneidade de atribuições representa uma das vantagens que permite uma atuação em conjunto entre atividades de *safety* e *security* com as relacionadas à AM. A opção de dividir responsabilidades entre suas Marinhas de Guerra e Guardas Costeiras pode significar especialização de pessoal e material. No entanto, pode também representar riscos de superposição de poderes ou lacunas de execução, além do natural aumento de custos por crescimento da estrutura de suporte. Além disso, essas responsabilidades, quando confrontadas com o poder de polícia praticado no mar, podem resultar em dificuldades adicionais na distinção de competências e responsabilidades² (BEIRÃO; MARQUES; RUSHEL, 2020).

Outro fator importante surge da transformação global proporcionada pela intitulada “nova ordem mundial”, formada ao final da Guerra Fria. O multilateralismo e a visibilidade de que as ameaças são bem mais difusas do que as vislumbradas no período bipolar implicaram em novas visões estratégicas marítimas, uma vez que a hegemonia no mar se torna cada vez mais difícil. Portanto, cuidar da Segurança Marítima pressupõe ações que visam tanto as preocupações com ameaças quanto as preocupações com a garantia de uma navegabilidade sem riscos e com a segurança das instalações fixas e móveis que estejam envolvidas com o tráfego marítimo. Os três papéis têm forte presença na MB como protagonista dessa regulação e das ações decorrentes (BEIRÃO; MARQUES; RUSHEL, 2020).

Destaca-se também, referente as dimensões da Segurança Marítima, coordenadas pela MB, questões em termos de Segurança da Navegação, competentes à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), tendo como missão a cartografia, sinalização náutica, levantamentos oceanográficos e sinalização. Adicionalmente, em termos da segurança relacionada a pessoas e meios fixos e flutuantes, compete à Diretoria de Portos e Costas (DPC) e suas organizações subordinadas a responsabilidade na formação de recursos humanos, seu acompanhamento e fiscalização (BEIRÃO; MARQUES; RUSHEL, 2020).

Diante do apresentado, constata-se um amplo campo de atuação da MB, caracterizado na função de defesa naval clássica, contra ameaças estatais, e nas vertentes *safety* e *security* de Segurança Marítima, além da responsabilidade de atuar como AM,

² Para exemplificar, podemos considerar uma Marinha tipicamente oceânica, caso a *safety* estivesse sob a responsabilidade de outra instituição, a quem caberia a tarefa SAR (Busca e Salvamento) em águas oceânicas.

orientando a preparação e o emprego do Poder Marítimo. Este conjunto de atividades estão relacionados com o mar e, portanto, necessárias para possibilitar a criação de um ambiente propício ao incremento da economia e segurança brasileira. Neste contexto, considerando todas as atividades supracitadas, aponta-se para a necessidade de um forte incremento de investimentos em recursos materiais e humanos atualizados e em quantidade compatível com a extensão marítima do Brasil, a fim de proporcionar direitos de soberania sobre nossos recursos, segurança material e humana dos profissionais do mar e desta forma possibilitar o reconhecimento internacional de águas seguras no Entorno Estratégico brasileiro.

2.3 Ameaças

No contexto das argumentações sobre o gerenciamento e a preservação do patrimônio marítimo brasileiro, podemos considerar a existência de ameaças generalizadas como a pirataria, a imigração ilegal, o tráfico de drogas, e a poluição hídrica, conforme apresentados no PEM 2040.

Na região do Atlântico Sul, a pirataria concentra-se na margem africana, destacando-se o Golfo da Guiné, que está no Entorno Estratégico nacional. Da mesma forma, é importante apontar que organizações criminosas no Brasil têm capacidade para realizar atos de terrorismo na vertente marítima, comprometendo infraestruturas críticas no mar. Da mesma forma, outra necessidade a ser combatida é a pesca ilegal, que pode levar à diminuição da quantidade de peixes e prejudicar as comunidades locais que dependem desta atividade para sobreviver. Adicionalmente, a questão ambiental, atualmente, ganha importância internacional na oceanopolítica³, sendo pauta em vários fóruns. A ocorrência de crimes ambientais apresenta repercussões duradouras no tempo e amplamente prejudicial em amplos aspectos da vida nacional. Nesta situação, é importante um Poder Naval forte e uma participação brasileira no Atlântico Sul, por meio de uma maior valorização da ZOPACAS⁴, a fim de proporcionar maior proteção para os interesses nacionais (BRASIL, 2020b).

³ Na Oceanopolítica o estado é o elemento central para a tomada de decisões soberanas que envolvem os espaços oceânicos e o destino de sua população.

⁴ Zona e Paz e Cooperação do Atlântico Sul, uma iniciativa do Brasil, criada em 1986, a fim de promover segurança e cooperação regional na região do Atlântico Sul.

O Atlântico Sul, além de oportunidades econômicas e sociais, apresenta ameaças. Com a ampliação de ocorrências de atos ilícitos no mar, conforme exemplificados no PEM 2040, é necessária uma maior presença do Brasil em suas águas jurisdicionais. Um Estado com as dimensões de suas águas, como o brasileiro, deve ter um maior destaque em políticas relacionadas ao mar inseridas na realidade estrutural cotidiana. Notoriamente, as ameaças já referenciadas podem atuar prejudicando as atividades econômicas e sociais relacionadas ao mar, que, inexoravelmente, afetará o continente. Nesta conjuntura, apresenta-se a necessidade de ações multidisciplinares para se alcançar a segurança marítima desejada, destacando uma estrutura adequada para o monitoramento e fiscalização das AJB.

2.4 Defesa Proativa e Reativa

No planejamento de nossa Segurança Marítima, a MB trabalha com a possibilidade de defesa proativa e reativa. A defesa proativa requer maior agilidade, inclusive decisória, para a tomada da iniciativa das ações, enquanto a reativa espera a ameaça ser concretizada para dar início às medidas. A adoção da primeira se faz necessária, por exemplo, para defender as infraestruturas energéticas marítimas do Brasil na Amazônia Azul (BRASIL, 2020b).

Como requisitos para um sistema defensivo proativo, a MB está empenhada em implementar o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), que consiste num sistema destinado a prover monitoramento e controle sobre nossas águas jurisdicionais. Destaca-se que a capacidade atingida com sua concretização concederá, por exemplo, que o incidente ambiental, acontecido no litoral do nordeste brasileiro no final de 2019, fosse mitigado pelo aperfeiçoado no monitoramento da Amazônia Azul (BRASIL, 2020b).

O monitoramento, via SisGAAz, é condição necessária para o controle da Amazônia Azul, incluindo parcela da faixa litorânea. Uma defesa somente será proativa quando tiver condições para decidir mais rápido, agilizando o clássico Ciclo OODA⁵ para a tomada de decisões, baseado nas suas quatro fases, respectivamente, observar, orientar, decidir e agir.

⁵ O ciclo OODA é composto pelo processo de observação-orientação-decisão-agir. Criado por John Boyd, estrategista militar da Força Aérea estadunidense.

As duas primeiras fases reforçam a necessidade de implementação do SisGAAz e estão associadas ao conceito de Consciência Situacional Marítima, que representa o real entendimento de tudo que está relacionado ao meio marinho e que viabiliza provocar impacto na segurança, na defesa, no meio ambiente e na economia do Entorno Estratégico brasileiro (BRASIL, 2020b).

Adicionalmente, o planejamento da Segurança Marítima deve adequar as características do Poder Naval, a fim de possibilitar uma maior presença naval próximo de áreas críticas e maior mobilidade em áreas mais distantes. Dessa forma, a capacidade de deslocamento rápido para uma determinada área, com o intuito de agir no tempo pertinente, poderia compensar, por exemplo, a carência de meios para exercer ação de presença em uma área mais distante. Por outro lado, sistemas de defesa posicionados nos pontos próximos às infraestruturas críticas reduzem a necessidade de pronto deslocamento de meios, tanto no ambiente aeroespacial como na superfície marítima ou na massa líquida submarina (BRASIL, 2020b).

Destaca-se, também, que uma menor proatividade em áreas mais amplas, poderia ser compensada por um maior esforço de controle e proteção, sendo implementado por sistemas colaborativos existentes e informações de inteligência operacional. Desta forma, uma estrutura de comando dedicada a tal sistema defensivo deve estabelecer protocolos para elevar os níveis de alarme de forma tempestiva conforme as análises oriundas dos dados existentes. Isso complementa a complexidade e proporciona uma estrutura eficiente de Segurança Marítima (BRASIL, 2020b).

A salvaguarda dos interesses marítimos nacionais deve ser obtida por uma defesa marítima versátil e de amplo espectro, focada, em grande parte, em uma defesa proativa. Deste modo, a estrutura de segurança deverá ter capacidade de monitorar e controlar a área de interesse, além de mobilidade, para possibilitar um planejamento com efetividade e eficácia. Nesse diapasão, o importante é a conquista da Consciência Situacional Marítima em todo o Entorno Estratégico nacional, a fim de proporcionar a iniciativa das ações.

Para combater as ameaças marítimas, é notória a necessidade de desenvolvimento de estruturas adequadas, com um sistema de monitoramento e proteção reforçado por parcerias, compartilhamento de informações e cooperação institucionais, sendo o monitoramento, via SisGAAz, uma condição importante para o controle da Amazônia Azul.

3 TEORIA DA SECURITIZAÇÃO

3.1 A Escola de Copenhague

A Escola de Copenhague surgiu da insatisfação com a teoria realista que mantinha apenas o Estado e seus assuntos militares como foco de segurança. Essa insatisfação foi estimulada por novas agendas internacionais, como a ambiental e a econômica, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, destacando que assuntos não militares se tornassem questões de segurança (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

Os teóricos da Escola de Copenhague consideram que aconteceu uma evolução nos pensamentos de segurança internacional, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Primeiramente, o pensamento sobre segurança deixa de se relacionar apenas como defesa ou ataque, houve uma expansão para questões políticas e sociais⁶. A segunda mudança foi referente à abordagem das armas nucleares. Usar apenas questões militares para compreender segurança não era suficiente para assimilar a utilização e a não utilização de armas nucleares. E a terceira foi a existência de um caráter civil fortalecido, em que as disputas e questionamentos deixaram de ser exclusivamente militares (BUZAN; HANSEN, 2009).

Entretanto, a Escola de Copenhague não deixa de lado algumas perspectivas tradicionais. Neste sentido, os autores compreendem a necessidade de uma expansão do escopo da segurança além do setor militar e da centralidade do Estado, mais, ainda assim, apresentam o Estado e o setor militar com relevância na questão de segurança, o colocando em uma posição intermediária (MOTTA, 2015).

3.2 Securitização

De modo sumário, a Securitização, um produto do pensamento da Escola de Copenhague, pode ser observada como uma versão mais intensa de politização. Qualquer questão pública pode encontrar-se em um estado variando de não politizado (não se tornar uma questão de debate e decisão pública), para politizado (o assunto faz parte de políticas públicas, exigindo decisão do governo e alocações de recursos) e seguir para securitizado (o

⁶ Referente à sociedade, considerando sua estrutura, organização ou função.

assunto é considerado uma ameaça existencial, reivindicando ações de emergência e justificando medidas fora dos limites normais do processo legal ou político). Deste modo, os problemas, dependendo das circunstâncias, podem variar em qualquer parte do espectro supracitado (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

No movimento de Securitização se expõe o objeto referente, o agente securitizador e a audiência. O objeto referente é aquilo que um ou mais atores percebem como uma ameaça, representando, portanto, o objeto a ser securitizado. Por sua vez, o agente securitizador é o intérprete, que tentará apresentar o objeto referente como uma ameaça utilizando o discurso e, assim, buscando uma autorização da audiência para assumir medidas emergenciais. Já a audiência é o local capaz de legitimar ações excepcionais. Destaca-se, que o sucesso da Securitização, não está impreterivelmente ligado ao estabelecimento de providências emergenciais, mais sim à habilidade do discurso de criar suficiente ressonância em relação a uma ameaça, possibilitando a criação de uma base que legitime tais ações (MOTTA, 2015).

A passagem do tema de uma posição a outra dependerá da habilidade do agente securitizador de persuadir específica audiência. Para tanto, ele depende da utilização de linguagem apropriada e das circunstâncias estabelecidas pelo contexto social. Para o sucesso da Securitização, há a necessidade da combinação entre as características inerentes ao discurso e as condições sociais que favorecerem o convencimento da audiência receptora. Portanto, a audiência reconhece esses riscos e legitima ações emergenciais necessárias para lidar com o objeto securitizado. O agente securitizador patrocina atitudes que envolvem a quebra de regras estabelecidas no âmbito político, apresentando, no seu discurso, a necessidade dessas medidas (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

Portanto, a definição e os critérios de securitização são constituídos do estabelecimento de uma ameaça existencial com significativos efeitos políticos. Para estudar a Securitização é necessário examinar discursos e políticas, pois é preciso perceber quando um argumento, referente a uma ameaça construída, atinge uma audiência suficiente para tolerar ações emergenciais com efeitos em diferentes níveis (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

De modo geral, um discurso, que apresenta alguma coisa como uma ameaça existencial, não cria por si só Securitização, este é um movimento de Securitização, mas o objeto só é securitizado quando o público aceitar a tomada de medidas extraordinárias.

Neste contexto, não é necessário adotar uma medida de emergência. Apenas a ameaça existencial deve ser argumentada e ganhar ressonância suficiente para fazer uma plataforma, a partir da qual é possível legitimar medidas de emergência ou outras ações que não seriam praticáveis se o discurso não tivesse assumido a forma de ameaças existenciais. Se não houver indícios de tal aceitação, podemos verificar apenas um movimento de Securitização, não de um objeto sendo realmente securitizado (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

Adicionalmente, depois da Securitização, temos uma etapa conduzida somente pelos profissionais e especialistas em segurança, que está fora do âmbito público. Por conseguinte, representa um processo gradual de despolitização (Dessecuritização). Dessa forma, uma vez que o tema já foi exposto ao público e legitimado, este passa a não constar mais das discussões públicas e torna-se assunto exclusivo dos atores e agentes securitizadores. Considerando que as medidas implementadas após o ato securitizado, ou seja, após a aceitação da audiência, dispensam justificativas, estas ações passam a constar como parte de questões de segurança e são conseqüentemente trocadas de uma agenda de política extraordinária para uma possível normalidade com o passar do tempo (RAMOS, 2015).

A Escola de Copenhague destaca algumas perspectivas sobre os setores político, econômico e ambiental, que orbitam sua teoria. Referente ao setor político, delibera que ameaças políticas têm por propósito prejudicar a estabilidade funcional do Estado. Para isso, podem atingir as ideias de País, a sua base física ou suas organizações e instituições. De modo mais amplo, as ameaças políticas são relacionadas à soberania do Estado e podem ser exemplificadas por pressões para aceitação de deliberadas políticas, solicitações de substituição do governo ou concessões de benefícios e incentivos para terceiros (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

No setor econômico, o fato da concorrência ser um atributo primário da economia capitalista, caracteriza o sistema como predominantemente inseguro. Deste modo, esta insegurança econômica constituirá ameaça quando ultrapassar o setor econômico, estendendo-se para o setor militar e político. Consoante com esta definição, seriam consideradas ameaças aquelas encaminhadas aos ramos econômicos que assegurem a sobrevivência física do País, como abastecimento de bens do setor primário, da indústria de base ou materiais estratégicos energéticos (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

No setor ambiental, até agora, seus atores ou estruturas se revelam heterogêneos, incluindo desde movimentos sociais, comunidades epistêmicas⁷, organizações internacionais e organizações não-governamentais, destacando-se o *Greenpeace*⁸ e o *World Watch Institute*⁹, procurando securitizar assuntos do setor ambiental. Destaca-se que o problema reside na força de autoridade da comunidade científica para apoiar o movimento de Securitização. A concentração de conhecimento científico específico, em certos grupos, pode proporcionar a estes especialistas, poder suficiente para que eles se estabeleçam como agentes securitizadores de problemas ambientais, podendo ser utilizados para fomentar interesses específicos. Entretanto, outro aspecto do setor é o alto grau de politização e o baixo nível de Securitização. Isto ocorre, em sua maioria, porque as ocorrências ambientais sucedem decorrências apenas no longo prazo, com isso, os assuntos ambientais são desviados para afazeres de outros setores, que terão a responsabilidade de solucionar as consequências dos incidentes ao longo do tempo (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

O movimento de Securitização começa por meio de uma apresentação discursiva, a qual sinaliza a existência de uma ameaça que, devido a seu caráter urgente, não deve e não pode ser abordada pelos métodos normais da política, pois requer medidas emergenciais e excepcionais. O movimento se conclui quando há concordância e validação da urgência de tais medidas, frente a uma audiência, em uma retórica de sobrevivência e prioridade de ação, a fim de tratar um problema antes que o tempo se esgote.

Sucintamente, em sua abordagem multissetorial da segurança, em que reconhece a presença de cinco setores (militar, político, econômico, social e ambiental), a Escola de Copenhague propõe um alargamento do escopo de atores do processo de Securitização que vai além da tradicional agenda político-militar, porém sem deixá-la de lado. Neste contexto, podemos encontrar atores e fenômenos de segurança em outros setores que não o militar-político, como a pirataria ou questões ambientais que podem ser apresentadas como ameaça a um determinado objeto de referência, como um Estado ou um sistema de comércio, possibilitando a implementação de ações emergenciais, de cunho militar, para suprimi-las.

⁷Conhecimento referente a uma reflexão sobre a natureza, sendo uma experiência intelectual.

⁸Organização não governamental, sediada em Amesterdão, que atua em questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente.

⁹Organização não governamental, com sede em Washington, que promove uma sociedade sustentável sem ameaças aos ecossistemas.

Securitizar um assunto, representa apresentá-lo como algo perigoso e influenciar grupos de interesse a apoiarem uma ação militar mediante uma estratégia que utiliza o discurso. A ameaça existencial é securitizada somente pela ratificação de uma audiência expressiva (atores políticos e as elites em geral) que, posteriormente, legitimam o movimento securitizador. Por isso, a plateia ou o público tem um papel fundamental, pois mesmo que não faça parte do discurso diretamente, é essencial para que o processo de securitização se complete.

3.3 O Movimento de Securitização da Pirataria no Golfo da Guiné

A pirataria no Golfo da Guiné pode ser compreendida como uma ameaça socialmente construída, em virtude de uma recente fabricação política visando destacá-la como um tema prioritário de ameaça e segurança regional. As percepções de falta de segurança marítima e os discursos são relevantes instrumentos nesse processo de produção política de segurança. Encontra-se, neste cenário, os artigos notificados pela mídia internacional e depoimentos de tripulantes vítimas de piratas. Referidos produtos contribuem para criar uma visão dramatizada da violência na região (RAMOS, 2015).

Ressalta-se que os que criam a imagem dos piratas são os que têm mais interesses econômicas na região, como as empresas internacionais, que extraem o petróleo no mar; os proprietários de navios mercantes; as companhias de petróleo; e vários países que compram o petróleo local. Adicionalmente, podemos, também, apresentar as instituições internacionais como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a Organização Marítima internacional (OMI) e a Câmara Comércio Internacional (CCI) em virtude de sua legitimidade para estabelecer prioridades na agenda de Segurança Marítima. Fundamentalmente, nas falas destes agentes, a pirataria foi considerada como um perigo real e significa a aplicação da Securitização (RAMOS, 2015).

Ressalta-se que a opinião das populações locais, bem como outras questões como a poluição dos mares causada pela exploração do petróleo e suas consequências passaram a ser ignoradas. A preocupação em eliminar as ações de pirataria militarmente ganhou uma alta importância que praticamente não possibilita verificar se as causas para a pirataria, na região marítima, estariam em outros setores, como o social, o político ou o ambiental. Tratar a pirataria como uma ameaça militar a ser desvanecida militarmente, reflete uma ameaça

construída socialmente, politizada e securitizada, e posteriormente despolitizada no decorrer do movimento de Securitização, a Dessecuritização (RAMOS, 2015).

Notoriamente, para os relevantes agentes envolvidos no processo securitizador da pirataria no Golfo da Guiné, como Reino Unido, França, Holanda, China, Estados Unidos da América (EUA) e companhias de exploração de petróleo (multinacionais ou empresas privadas), a segurança marítima é fundamental para a estabilidade do fornecimento do petróleo africano. Neste cenário, as Organizações Internacionais agem intermediando a situação, estimulando alianças militares entre atores locais e de fora da região, fornecendo informações sobre os movimentos e ataques piratas e propondo sugestões para planejamento de defesa e de proteção de navios e plataformas de petróleo. Exemplificando, o CSNU está fomentando a cooperação entre as indústrias estrangeiras do setor naval e os países da região. Destaca-se, igualmente, as Resoluções que expressaram a sua preocupação com o fenômeno, considerando-o uma existencial ameaça para as embarcações internacionais e para o desenvolvimento da região (RAMOS, 2015).

Particularmente, nesta situação, O CSNU pode ser visto, ao mesmo tempo, como uma plateia a ser persuadida e um agente que faz discursos e se comunica com uma variedade de agentes, como líderes de Estados e membros de organizações locais, com o objetivo de promover ações militares contra a pirataria, o ato securitizador da pirataria no Golfo da Guiné (RAMOS, 2015).

Além disso, a situação no Golfo da Guiné se mostra como sendo bem distinta das situações anteriores em que o CSNU se dispôs a combater a pirataria. Como exemplo, o Golfo de Áden, região da Somália, em que o Conselho permitiu ações de forças militares internacionais para reprimir a pirataria. Os ataques às embarcações privadas na Somália, em grande parte dos casos, eram realizados distante da sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e, em vista disso, possibilitava uma interferência internacional respeitando a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). Porém, no Golfo da Guiné, embora o CSNU nas suas Resoluções também tenha destacado a necessidade de uma intervenção para combater a pirataria, compreendeu-se que, em virtude do que está na referida convenção, a responsabilidade primária seria dos Estados costeiros, devido aos ataques ocorrerem, em sua maioria, nos mares territoriais dos Estados da região (RAMOS, 2015).

Entretanto, por causa das dificuldades enfrentadas pelos países e grupos regionais em dar a resposta esperada ao CSNU e à comunidade internacional, novos modelos de

cooperação extrarregional começaram a alcançar destaque, contando com a participação principalmente dos EUA, França e do Reino Unido no patrulhamento regional. Desta forma, os países estrangeiros passaram a atuar nas águas territoriais dos Estados do Golfo da Guiné, com a autorização concedida pelos seus respectivos Países litorâneos, definindo um conjunto de decisões e orientações legais sobre a forma de tratar, julgar e punir os piratas. Como exemplo, é identificado o Exercício Militar *Obangame Express*¹⁰ que sob o patrocínio da *African Command* (AFRICOM)¹¹ dos EUA, reuniu vários países europeus, do continente americano e da própria África (RAMOS, 2015).

Um ponto de destaque, nesta conjuntura, se trata das Companhias de Segurança Marítima Privada (CSMP), que oferecendo serviços de escolta para as embarcações, pessoal armado para os navios comerciais, resgates de meios e recolhimento de informações sobre a atuação de grupos piratas. É comum às CSMP invadirem as fronteiras marítimas de Estados litorâneos armados e, na maioria das vezes, atirarem contra embarcações suspeitas de pirataria alegando o direito à autodefesa (RAMOS, 2015).

Para países como a Nigéria, uma das preocupações em relação às CSMP está baseada no medo de diferentes tipos de navios que entram em suas águas territoriais. O que poderia rapidamente fugir do controle das autoridades, tornando-se ainda mais difícil para a marinha nacional mitigar crimes como: a venda ilegal de armamentos, a pesca não reportada e não declarada, o tráfico de drogas etc. Esta discussão em Nigéria, no entanto, gira em torno de questões jurídicas, políticas e econômicas controversas [...] as autoridades marítimas nigerianas pretendem exercer sua soberania e evitar as críticas a uma suposta privatização da segurança marítima. Entretanto, como pode-se averiguar, a Nigéria não é totalmente contra as CSMP. Inclusive, tem recebido apoio de CSMP para robustecer a sua marinha (RAMOS, 2015, p. 49).

Observa-se que a securitização da pirataria representa uma política de segurança profundamente subjetiva e que considera as propensões dos investidores estrangeiros no Golfo da Guiné e dos governos dos Estados locais. Esta política possibilitou a atuação de meios militares estrangeiros na região. Destaca-se que o interesse destes atores é unicamente relacionado as questões econômicas e as ações de segurança são toleradas pelos Estados costeiros. Neste contexto, verifica-se a possibilidade de temas como pirataria ou ambiental poderem ser elevados ao plano de segurança internacional, em atendimento a

¹⁰O Exercício Militar *Obangame Express* é um exercício multinacional. As operações militares objetivam combater todo o tipo de crime marítimo, como pesca ilegal, poluição no mar, pirataria e terrorismo, além de realizar busca e salvamento.

¹¹O Comando dos Estados Unidos para a África é um dos nove comandos operacionais regionais das Forças Armadas estadunidenses. O AFRICOM é responsável pelas operações militares e pela segurança dos interesses dos EUA na África.

interesse de terceiros e não como fruto das reais necessidades dos Estados. Referida possibilidade deve ser considerada nos planejamentos e nas estratégias relacionadas a manutenção da soberania sobre as propensões próprios dos Estados e de suas populações.

Contudo, a importância estratégica da faixa marítima de Santos a Vitória, apresentada no PEM 2040, onde ocorre atividade de exploração petrolífera, realça o setor econômico com potencial para gerar questões de segurança nas águas brasileiras e no seu entorno. Adicionalmente, cabe ressaltar que a atividade de exploração petrolífera também produz questões no setor ambiental. Nesta circunstância, a Amazônia Azul tem potencial para evocar questões em assuntos de segurança relacionados aos setores econômico, ambiental e societal, além dos costumeiros político e militar.

Portanto, se o Brasil pretende ser soberano nas questões relativas à exploração dos seus recursos naturais, deve entender o mecanismo da Securitização que, em sua forma extrema, pode levar uma questão econômica, ambiental ou societal a ser uma questão de segurança internacional, e se justificar a adoção de medidas que ignorem as normas estabelecidas pelo direito internacional. Cabe a inteligência monitorar os atores principais, funcionais e os objetos dos seus discursos, identificando previamente as questões relacionadas às áreas estratégicas do Brasil, de modo a assessorar na elaboração e disseminação do discurso que se contraponha.

3.4 Investimentos em Segurança Marítima no Golfo da Guiné

Inicialmente destaca-se o sucesso no declínio da pirataria como resultado do empenho integrado para proporcionar a segurança marítima regional no Golfo da Guiné. No entanto, essa cooperação não se limita à esfera regional. O Benin, país da região, por exemplo, recebeu dos EUA, em dezembro de 2022, um novo navio patrulha. Além disso, na mesma época, os EUA ainda auxiliaram na construção de infraestruturas relacionadas à Segurança Marítima, além de apoio ao adestramento de unidades locais (BANDEIRA, 2023).

No mesmo contexto, apresenta-se o *Deep Blue Project*¹² da Nigéria, que soma investimentos de US\$ 195 milhões em disponibilidade de aeronaves e embarcações para vigilância e patrulha das áreas marítimas. Há indicativos que possibilitam correlacionar o

¹² O *Deep Blue Project* é um projeto de segurança marítima integrada na Nigéria que visa combater a pirataria e outros crimes marítimos.

início da alocação desses ativos e a diminuição de incidentes na ZEE nigeriana. Com isso, o projeto foi bem apreciado pelo setor privado, pois diminui a necessidade de escolta terceirizada para a indústria do petróleo e para o comércio marítimo (CARDOSO, 2021).

Continuando apontando para os investimentos em segurança marítima na região, evidencia-se o *French-led Grand African Navy Exercise for Maritime Operations*¹³ (Grand African NEMO). O Grand African NEMO é o maior evento marítimo multinacional anual realizado regularmente no Golfo da Guiné. Iniciado em 2018, visa melhorar a segurança marítima, reforçando a cooperação entre os Estados litorâneos, particularmente em termos de troca de informações e vigilância das ZEE e melhorar o nível operacional dos participantes na luta contra a pesca ilegal, a pirataria, a poluição marítima, o tráfico ilegal e o salvamento no mar (GRAND AFRICAN, 2022).

Adicionalmente, sublinha-se a pirataria como tema principal da *International Maritime Defence and Exhibition Conference*¹⁴ (IMDEC), organizada pela Marinha de Gana, ocorrida em julho de 2019. A IMDEC é um evento e exposição internacional centrado na segurança marítima e costeiras. Destaca-se a participação de todas as marinhas do golfo da Guiné, além da China, França e Portugal. Foram realizadas discussões sobre o abastecimento ilegal de petróleo, pirataria, pesca não regulamentada e não declarada, capacitação em cooperação interagências, para impedir, conjuntamente, ameaças em torno do Golfo da Guiné e aspectos de governança e regulamentação. Realizado como parte das comemorações do 60º aniversário da Marinha de Gana, o IMDEC mostrou marcos exclusivos das realizações desta Marinha sob o tema “*Celebrando 60 anos sob a Excelência Naval: Protegendo o Domínio Marítimo para o Desenvolvimento Nacional*” (THE INTERNATIONAL, 2019).

Observa-se que a Securitização, mesmo conduzida, em parte, por atores externos ao Estado, pode repercutir em um impulsionamento em investimentos e ganhos nas atividades de segurança, refletindo diretamente nas Forças de Segurança relacionadas ao objeto securitizado. Destaca-se, no Golfo da Guiné, um aproveitamento do tema securitizado, o que viabilizou investimentos em pessoal e material, garantindo o planejamento de ações para enfrentar as ameaças. Outrossim, também é evidente a possibilidade de incremento de cooperações e troca de informações entre Estados, o que igualmente representa um

¹³ Exercício da Grande Marinha Africana liderado pela França para operações marítimas (Tradução Nossa).

¹⁴ Conferência Internacional de Defesa e Exibição Marítima de 2021 (tradução nossa).

investimento em segurança. Evidencia-se, de modo complementar, uma legitimidade em aquisições de novos ativos, como navios e aeronaves, além da aprovação de construção de infraestruturas militares, como Bases Navais. Igualmente, aponta-se, na conjuntura do Golfo da Guiné, que as ações ficam restritas e sobre o controle de agendas externas, no caso, os interesses econômicos na região.

3.5 O Movimento de Securitização da Segunda Guerra do Iraque

A construção do Iraque como ameaça aos Estados Unidos não começa com os ataques de 11 de setembro. A influência do grupo neoconservador foi evidente na questão da guerra. Antes dos atentados, a ideia de implantar uma política de mudança de regime no Iraque e seu uso como primeira etapa para uma redemocratização no mundo árabe, já era destacada na administração do presidente Clinton, porém foi desconsiderada (MOTTA, 2015).

A ala neoconservadora estadunidense, ao longo dos anos de 2002 e 2003, se esforçou para conseguir anuência da opinião pública e da administração do presidente Bush¹⁵, para encaminhar a questão para o senado e congresso, conseguindo assim autorização para a guerra e outra que visava, externamente, o Conselho de Segurança da ONU. Na primeira, os neoconservadores começaram a questionar os dados encaminhados pela Central de Inteligência Nacional (CIA) referente ao Iraque, sob a acusação de que a agência minimizava o risco representado pelo regime iraquiano aos Estados Unidos. Desta forma, após a administração Bush recusar as análises oficiais da agência, o Grupo Avançado de Combate ao Terrorismo foi criado para alavancar a busca de evidências que ligassem Saddam Hussein¹⁶ com o 11 de setembro. Na segunda frente, relacionado ao grande público estadunidense, tinham por objetivo estimular um debate político que persuadisse a opinião pública sobre o perigo iraquiano e a necessidade de uma intervenção. Artigos em revistas e livros neoconservadores contribuíram para difundir uma visão que reduzia os custos com a ação militar e aumentava a ameaça (MOTTA, 2015).

¹⁵George W. Bush foi presidente dos EUA e governou o país no período de 2001 e 2009. Durante seu primeiro ano de governo, os edifícios do *World Trade Center* foram alvo de um atentado terrorista, quando dois aviões derrubaram as torres gêmeas. George W. Bush ficou conhecido pela sua política externa enérgica.

¹⁶Saddam Hussein foi um ditador iraquiano que governou o Iraque de 1979 até 2003. Ficou famoso por praticar crimes contra a humanidade como a utilização de armas químicas.

A administração Bush pretendia acabar com a ameaça representada por Saddam Hussein, recuperar a integridade e legitimidade da ONU, prejudicada pela desobediência de suas diretrizes pelo Iraque, e levar o poder transformador da democracia. Entretanto, a meta principal dos neoconservadores era provocar um efeito dominó na região, em que a democracia do Iraque seria um ponto para o início da atuação estadunidense, a fim de promover regimes democráticos por todo o Oriente Médio (MOTTA, 2015).

De modo geral, destaca-se a atuação do presidente, com apoio do Subsecretário de Defesa e do Secretário de Estado, na articulação no Congresso na aprovação de uma resolução de Guerra ao Iraque. Devido às eleições de meio de mandato para o legislativo e governadores, muitos políticos votaram a favor da resolução com receio de serem apontados como covardes e opositores aos interesses estadunidenses (MOTTA, 2015).

Embora as investigações não tivessem evidenciado a ligação da Al Qaeda¹⁷ com o Iraque, este Estado ficou passível de uma invasão de caráter preventiva por parte dos EUA, o que acabou ocorrendo no ano de 2003. Os cidadãos norte-americanos tinham evidências anteriores de que o governo de Saddam Hussein possuía armas químicas e a disposição de empregá-las, devido aos ataques, em 1988, contra o povo curdo que habita o norte do Iraque. Deste modo, o discurso securitizador anunciou o regime de Saddam Hussein como uma ameaça à paz dos EUA, o que legitimou junto à opinião pública o emprego das Forças Armadas para a deposição de Saddam Hussein (MOTTA, 2015).

No Campo internacional, para pressionar os membros da ONU tomou uma postura mais vigorosa referente à Bagdá, os discursos estadunidenses trabalharam com uma tática de constrangimento. Apresentava declarações como *“desejamos que o Conselho de Segurança desempenhe seu papel de salvaguardar nossa segurança”*. Neste movimento de Securitização, os EUA exacerbaram a imagem de um inimigo, cujo perigo é de incalculáveis proporções e incitaram os Estados à ação (MOTTA, 2015).

Apesar da divergência entre os EUA e a maior parte dos membros do CSNU, aquele país desprezou a negativa do Conselho à realização de uma ação militar. A justificativa, ainda que não satisfatoriamente, foi por uma brecha jurídica. Ao retomar Resoluções anteriores, os Estados Unidos interpretaram que, em virtude da existência de Armas de Destruição em

¹⁷A Al-Qaeda é um grupo fundamentalista islâmico sunita que se revelou no final da década de 1980. Sua compreensão radical dos princípios islâmicos é utilizada para justificar seus atos de violência. Osama bin Laden foi um de seus fundadores e o arquiteto dos ataques de 11 de setembro de 2001.

Massa pelo Iraque, isso possibilitaria o emprego de todos os ativos necessários para garantir a segurança e a paz na região. Pelo entendimento do caráter emergencial dessa ameaça, os Estados Unidos agiram independente do pensamento dos demais países do CSNU (MOTTA, 2015).

Neste contexto, se destaca a influência de um grupo interno, os neoconservadores, que detinham uma política própria de mudança de regime no Iraque e sua utilização como primeiro passo para uma redemocratização no mundo árabe. O referido grupo utilizou os atentados de 11 de setembro para conseguir anuência da opinião pública e da administração do presidente Bush para aprovar uma resolução de guerra ao Iraque, por meio da articulação no Congresso.

Deste modo, o discurso securitizador anunciou o regime de Saddam Hussein como uma ameaça à segurança dos EUA. Adicionalmente, evidenciam-se as ações, como articuladores da política neoconservadora, o presidente Bush, o Subsecretário de Defesa e o Secretário de Estado. Mencionada articulação, somada ao apoio da opinião pública, legitimou, junto ao legislativo, o emprego das Forças Armadas, em caráter extraordinário, para proteger a segurança dos Estados Unidos, se tratando de um movimento de Securitização.

4 DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO

4.1 Contextualização do Desastre

A partir da década de 1990, impulsionada pela demanda econômica internacional, o conceito de desenvolvimento sustentável angariou força. Dentre os episódios, destaca-se a realização, em 1992, da ECO-92, na cidade do Rio de Janeiro, que apresentou debates sobre a gestão do meio ambiente. Sublinha-se, no Brasil, a Lei n.º 9.605/1998, também conhecida como Lei de Crimes Ambientais, a qual atua em atividades consideradas nocivas ao meio ambiente. A necessidade de dar uma resposta à sociedade quanto à implementação de um plano nacional de contingência no Brasil se mostrou ainda mais necessário depois do incidente ocorrido em 2010, no Golfo do México, com a plataforma *Deepwater Horizon*, empregada pela *British Petroleum* (BP). Neste contexto, foi editado o Decreto n.º 8.127/2013, que estabeleceu o Plano Nacional de Contingência (PNC), o qual deverá ser acionado em situações de grandes proporções (FARIA, 2022).

Sumariamente, O PNC prevê uma composição multissetorial. A Autoridade Nacional é exercida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que também exerce o cargo de Coordenador do Comitê Executivo visando à realização de todas as atividades do referido Plano. O Comitê Executivo é responsável pela implementação do PNC e de programas de exercícios simulados e é composto pelo MMA, Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério dos Transportes, MB, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC). Já em um nível mais operacional, apresenta-se o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) responsável pelo monitoramento de todo e qualquer desastre, independente do porte, tendo a MB, o IBAMA e a ANP como seus órgãos componentes. Finalizando, referente a gerência de casos específicos, destaca-se a figura do Coordenador Operacional que será nomeado pelo GAA para exercer a coordenação e o acompanhamento do acidente (FARIA, 2022).

Desde a emissão do Decreto n.º 8.127/2013, MB, IBAMA e ANP passaram a efetuar treinamentos e simulações. Dessa forma, antes do incidente, o PNC já havia sido submetido, várias vezes, a simulações de derramamento de óleo de repercussão nacional, sob a orientação de experientes entes internacionais. Entretanto, nas referidas simulações, não foi

implementada uma situação semelhante ao que ocorreu. A falta do conhecimento da hora, do local, da quantidade de óleo derramado e do responsável dificultaram que o incidente fosse caracterizado como de amplitude nacional (BRASIL, 2020a).

O surgimento dos primeiros indícios de óleo nas praias brasileiras (30 de agosto de 2019) ocorreu de modo gradual e não representava uma situação de relevância. Após um período, com a redução das ocorrências de poluição, a avaliação indicava que os incidentes estivessem em fase de encerramento, entretanto, maiores volumes passaram a aparecer em grande extensão. O desastre, que atingiu sobretudo o litoral do Nordeste brasileiro, no segundo semestre de 2019, é tido como uma das maiores catástrofes já ocorrida em território nacional. O óleo cru foi despejado em alto-mar, possivelmente a cerca de 600 a 700km do litoral brasileira, na altura dos Estados de Sergipe e Alagoas na ZEE do Brasil (FARIA, 2022).

Desde os primeiros aparecimentos de manchas de óleo, os membros do GAA se mobilizaram para cumprir as ações de suas competências na fase que antecede à ativação do PNC. Contudo, em razão do ressurgimento das manchas em maior volume, foi realizada uma reunião de acompanhamento das manchas de óleo nas instalações da MB, no Rio de Janeiro, em 6 de outubro de 2019. Nessa reunião, foi proposta uma maior atuação coordenada e integrada e o acionamento do PNC. Posteriormente, em outra reunião, a Marinha foi designada como Coordenador Operacional do PNC. No dia 14 de outubro, o GAA foi reunido e instalado no Comando do 2º Distrito Naval, onde foram estabelecidos os objetivos, estratégias e atividades operacionais para responder ao evento (BRASIL, 2020a).

4.2 Gestão do Incidente

No final de agosto de 2019, houve a divulgação do surgimento de óleo de procedência misteriosa nas praias do litoral nordestino, inicialmente na costa da Paraíba, seguido, nos dias seguintes, por Sergipe e Pernambuco. No decorrer de setembro, outubro e novembro, os outros Estados nordestinos e os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, foram alcançados. Ao todo, onze Estados foram atingidos com diferentes volumes de óleo nas suas costas (BRASIL, 2020a).

O incidente na costa brasileira, possivelmente, é único no mundo em volume de óleo e cuja origem do poluidor é desconhecida. Normalmente, os derramamentos envolvendo

grandes volumes de óleo são de navios ou plataformas conhecidos. A localização da origem do derramamento, além de apontar um responsável, facilita a previsão do deslocamento da mancha que, conseqüentemente, auxilia no emprego da resposta rápida e em locais estratégicos e predefinidos. Com a identificação, é possível planejar e empregar os meios necessários à resposta com a maior eficiência possível (BRASIL, 2020a).

Frequentemente, incidentes ocorrem relativamente próximos ao litoral, sendo áreas de tráfego e monitoramento constante e rapidamente notados e não apresentam uma grande capacidade de espalhamento, como o ocorrido na costa brasileira, pois o óleo é rapidamente combatido ou toca o litoral, em área pontual. Os estudos apontam que o óleo que apareceu no litoral foi derramado a uma considerável distância da costa brasileira. Esse fato e a existência das correntes sul-equatorial, do Brasil e das Guianas concorreram para o vasto espalhamento. Adicionalmente, as manchas neste incidente não se deslocavam na superfície do mar, e assim não puderam ser detectadas por radares, satélites ou aeronaves (BRASIL, 2020a).

A estrutura de Comando e Controle foi sendo deslocada consoante as demandas organizacionais e o contexto do incidente. Em 26 de outubro de 2019, com o crescimento do contingente no enfrentamento às manchas de óleo no litoral nordestino e para melhorar a capacidade de comando e controle de todas as ações, no nível Federal, o GAA e o Coordenador Operacional foram remanejados para o Centro de Operações Conjuntas, na sede do Ministério da Defesa, em Brasília, DF (BRASIL, 2020a).

Evidencia-se a situação dos recursos. O PNC foi pensado para situações em que existe um poluidor conhecido, cabendo ao Governo Federal gerir a resposta a ser efetivada pelo poluidor. Assim, as organizações que participam do GAA procuraram instrumentos diversos para complementar, de forma emergencial, a necessidade por recursos materiais para o combate ao incidente. No dia 11 de setembro de 2019, o IBAMA requisitou serviços da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) para limpeza de áreas afetadas. Inicialmente, a Petrobras atuou no estado do Rio Grande do Norte e, com a evolução da situação, passou a atuar nos estados do Maranhão, Sergipe, Alagoas e Bahia, sob coordenação do IBAMA (BRASIL, 2020a).

De acordo com o PNC, cabe ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) fornecer informações relevantes conseguidas por satélites e tecnologias espaciais. De modo complementar, o GAA, por meio do Centro Nacional de Monitoramento e Informações

Ambientais (CENIMA), do IBANIA, realizou o monitoramento remoto do litoral brasileiro com a aplicação de imagens óticas e de radar de satélites. O objetivo era detectar poluição por óleo na costa nordestina, bem como nos litorais dos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. As informações geradas eram encaminhadas diariamente ao GAA para subsídio na tomada de decisões. Tendo em vista que a origem do incidente poderia estar em área mais afastada da costa, em região sem cobertura de satélite, a Coordenação Geral de Emergências Ambientais do IBAMA entrou em contato com a Agência Espacial Europeia para possibilitar a ampliação da área de cobertura do satélite. A Agência Espacial Europeia atendeu ao pedido, procedendo à ampliação das áreas cobertas pelo satélite. Além do uso de insumos gratuitos, o IBAMA também solicitou o deslocamento do satélite *CosmosSkyMed* para o Nordeste. Pontua-se que além do monitoramento remoto, as instituições envolvidas realizaram vistorias no litoral para subsidiar as autoridades com informações de campo, identificar e classificar as localidades afetadas e auxiliar no direcionamento das ações de resposta e de limpeza (BRASIL, 2020a).

Verificou-se que a melhor utilização dos recursos operacionais disponíveis era realizar a remoção do óleo assim que se apresentasse à praia. Esta linha de ação foi realizada em virtude da falta de previsão do local em que as manchas tocariam a costa (CAMPOS, 2022).

De modo complementar, a MB realizou a Operação "*Amazônia Azul - Mar Limpo é Vida!*", realizando diversas ações para diminuir os impactos do óleo e para prevenção da poluição ambiental. Com a desenrolar da situação e observando as características de um crime ambiental, foi determinado pelo CM a constituição de uma Força Naval, capaz de ampliar os esforços em curso, atuando desde o litoral até o limite das AJB, planejando e coordenando operações e ações direcionadas ao atendimento da necessidade de neutralizar, ao máximo, os efeitos negativos do incidente (BRASIL, 2020a).

Essa Operação foi caracterizada pela utilização, predominante, do Poder Naval em atividades benignas, para minimizar os efeitos dos agentes poluidores e por atividades voltadas ao estabelecimento da Segurança da Navegação Aquaviária, com atenção na prevenção da poluição ambiental. A Operação compreendeu, em sua primeira fase, ações de recuperação de áreas marítimas sensíveis, na costa do nordeste. Na segunda, empregou ações que incluíram a realização de palestras, visitas e o incremento da fiscalização do tráfego aquaviário, além de continuar a ação ambiental de monitoramento e limpeza de praias das regiões nordeste e sudeste. A terceira fase, concomitante com a Operação

Aspirantex, ocorreu na área compreendida entre as cidades do Rio de Janeiro-RJ e Belém-PA, no período de 9 de janeiro a 19 de fevereiro de 2020, realizando exercícios de característica estritamente naval e ação de presença nas AJB (BRASIL, 2020a).

A presença dos meios da Esquadra brasileira também foi uma demonstração de dissuasão, da disposição em responder a qualquer ameaça ao território brasileiro (CAMPANY, 2021).

Como consolidação de ensinamentos, aponta-se para o incremento dos sistemas ativos e colaborativos de monitoramento da Amazônia Azul e ações nos campos jurídicos nacional e internacional. Em relação à parte jurídica nacional, verifica-se a necessidade de revisão do PNC, considerando questões como compatibilização da legislação. No que diz respeito ao campo jurídico internacional, percebe-se a necessidade de firme posicionamento para se obrigar o uso de equipamentos que informem automaticamente a posição e os dados de viagem de embarcações (CAMPOS, 2022).

O incidente apresentou características próprias que o distinguem dos correntes derramamentos de óleo identificados no Brasil e no mundo. A origem desconhecida e a ocorrência a uma grande distância da costa destacam a necessidade de melhor monitoramento das AJB e de uma maior mobilidade das forças de segurança. Estas características são prioritárias para possibilitar o planejamento de uma defesa proativa, conforme apresentado no PEM 2040. Além disso, o derramamento de óleo causou danos econômicos, ambientais e de saúde pública.

Constatou-se a necessidade de um incremento na capacidade de detecção, identificação e acompanhamento de embarcações nas AJB pelo SisGAAZ e por outros meios, a fim de ampliar a Consciência Situacional Marítima. Como o PNC foi concebido especificamente para situações em que há um poluidor conhecido, as instituições do GAA buscaram suprir, de forma emergencial, a demanda por recursos materiais e técnicos. É importante ressaltar que muitos desses recursos, principalmente referentes à cobertura satelital, eram terceirizados e estrangeiros. Todas essas necessidades e situações podem suscitar, em uma visão estrangeira, uma ingerência sobre o patrimônio marítimo brasileiro e possibilitar uma legitimação de interferir nas AJB para evitar novas ameaças.

É importante destacar o preparo dos meios e dos militares da MB, que foram responsáveis pelo esforço principal para mitigar os efeitos nocivos do incidente e auxiliar na recuperação econômica da indústria do turismo e da pesca na região. Esses setores são

significativos para a geração de empregos e recursos para a sociedade local. A Operação *“Amazônia Azul - Mar Limpo é Vida!”* demonstrou uma atuação emergencial em defesa dos interesses brasileiros ameaçados, representando, também, um exemplo de dissuasão. O protagonismo da MB a credenciou para ser um agente securitizador do discurso de preservação ambiental da Amazônia Azul. Isso a legitimou a produzir um discurso focado em combater as ameaças destacadas no PEM 2040, que estão relacionadas e afetam a sociedade brasileira. Desta forma, a MB poderia ser enquadrada como um possível agente securitizador e, também, atuar como o especialista em segurança, que efetivamente executaria as ações. Esta junção de personagens (agente securitizador e executor das ações, o especialista em segurança) proporcionaria maior legitimidade e reforçaria o seu discurso securitizador, destacando: ações com maior liberdade de atuação; aquisições de novos meios; e incentivos em aprovação de construção de infraestruturas militares, como Bases Navais.

4.3 Comunicação Social e Institucional

A percepção dos diversos públicos de interesse é algo relevante, quanto mais a sociedade compreende a relevância do mar para o Brasil, maior será a cobrança por investimento em atividades relacionadas a sua defesa. Nossa sociedade se apresenta conectada e com acesso, praticamente instantâneo, a qualquer informação. Com isso, as instituições enfrentam desafios e oportunidades, pois, com a influência das mídias sociais, a sociedade em geral, que apenas assimilava os fatos, passou a produzir e reproduzir informações. A informação transmitida tem força para influenciar percepções, deste modo, torna-se fundamental a atividade de comunicação dentro das organizações, ganhando um papel estratégico nas operações. Segundo o no Manual de Comunicação Social da Marinha, a Comunicação Social (ComSoc) é um tema de destaque, executando diversas ações que constroem parcerias, aumentam o apoio dos aliados, sublinham as ações militares bem-sucedidas que respaldam os objetivos e as próprias operações militares (BRASIL, 2021).

No contexto do derramamento de óleo, o acompanhamento das notícias veiculadas na imprensa foi a primeira ação de ComSoc. As divulgações passaram, inicialmente, a ser reportadas por veículos locais de forma pontual. Quando as manchas atingiram grande parte do litoral nordestino, o assunto ganhou o interesse da grande mídia nacional e, até mesmo, internacional. A partir da maior repercussão do assunto e da ativação do GAA, as atividades

passaram a ser realizadas pela assessoria de ComSoc desse grupo. A partir do mês de setembro, de modo mais amplo, iniciou-se um monitoramento, implementado pelo Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM), a fim de verificar a repercussão do tema nas mídias sociais e nos perfis oficiais da MB (BRASIL, 2020a).

Para gerenciar a crise, foi necessário um esforço para centralizar as informações que divulgavam o combate às manchas de óleo e o andamento das operações, por meio de notas à imprensa e demais comunicados. Isso garantiu o domínio da narrativa e afirmou a MB e o GAA como fontes principais de informação. A MB manteve o controle do discurso e da narrativa e exerceu seu protagonismo como fonte oficial. Esse fato contribuiu para o teor neutro observado na maioria das matérias publicadas referente ao assunto. Mesmo que houvesse matérias negativas, elas se equipararam às positivas. Dessa forma, avalia-se que o trabalho da ComSoc em apoio às operações foi eficiente por proteger a imagem da Força junto ao público (ANDRADE, 2020).

Como planejamento de ComSoc, no transcorrer do derramamento de óleo, foram disponibilizadas informações online (*Hotsites*) das ações realizadas e o monitoramento de mídias sociais. Para um melhor entendimento das atividades realizadas, as ações de ComSoc foram divididas em grupos de acompanhamento das notícias veiculadas pela imprensa e postagens nas mídias sociais; de atendimento às solicitações da imprensa; e de ligação com a imprensa e divulgação das ações. O acompanhamento contínuo da imprensa agiu como um termômetro da situação e colaborou para as decisões em todos os níveis. A pronta resposta às demandas de todos os veículos contribuiu para manter a credibilidade dos órgãos do GAA junto à imprensa. Outro ponto a ser ressaltado, foi a colaboração da Operação "*Amazônia Azul - Mar Limpo é Vida*" para o estreitamento das Relações Institucionais no nível regional e local (BRASIL, 2020a).

As ações de ComSoc, incluindo os acompanhamentos presenciais de imprensa, com a entrevista coletiva concedida pelo Comandante de Operações Navais, destacou a importância do trabalho em equipe realizado pela Marinha, Exército e Força Aérea. Além disso, a ComSoc do Comando do 3º Distrito Naval produziu 43 matérias sobre a operação da Marinha, que abordou diferentes vertentes, como limpeza e monitoramento de manchas de óleo por navios; inspeções realizadas; e Ação Cívico-Social (ACISO). Pode-se afirmar que as ações da ComSoc foram bem-sucedidas na Operação para mitigar a crise e contribuíram para transformar o evento negativo em uma oportunidade de mostrar o trabalho desempenhado

pela MB, protegendo e reforçando a imagem da instituição perante seus públicos-alvo (AMARAL, 2020).

Outrossim, observaram-se ações de desinformação como a associação do crime ambiental a um suposto vazamento ocorrido na região do Pré-sal, divulgado em órgãos de mídia convencional. Apesar da publicidade de dados científicos que invalidaram a hipótese, matérias jornalísticas continuavam sendo produzidas com esse conteúdo. Adicionalmente, destacam-se os questionamentos acerca da lentidão do Governo na resposta para conter o óleo e referente a MB, a busca em acusá-la de negligência (CAMPANY, 2021).

Notoriamente, as atividades de ComSoc tiveram papel importante na disseminação das atividades desenvolvidas pela MB na mitigação da crise, contribuindo para aumentar o entendimento do público-alvo em relação a sua missão institucional e mitigando ações prejudiciais à imagem da Força. Destaca-se que as novas tecnologias podem ser usadas como um importante e útil instrumento na percepção e influência dos diversos públicos de interesse. Com isso, observa-se, que as ações de ComSoc contribuem para transformar o evento negativo em uma oportunidade. Contudo, torna-se relevante, quanto mais a sociedade compreende a importância do mar para o Brasil e os riscos associados a ele, maior será a cobrança por resultados e por investimento nas atividades realizadas pela Força.

Além disso, é importante vislumbrar a capacidade de influenciar todos os níveis da sociedade, destacando o político. O derramamento impulsionou as preocupações com a questão ambiental pela sociedade e, por conseguinte, poderia ser ampliado para outras questões de segurança, como as demais ameaças listadas no PEM 2040. Essa preocupação social impulsionaria ações no nível político que, por sua vez, apresentaria atitudes enérgicas em resposta aos questionamentos.

De modo geral, dentro das ações de ComSoc realizadas durante o derramamento de óleo, a MB apresentou um discurso concentrado na divulgação de ações de combate ao óleo, iniciativas para zelar pela sua imagem e de combater eventuais ações de desinformação e de pressões políticas relacionadas ao setor ambiental. Demonstrou maior atenção em proteger a força de especulações e pouco explorou, de modo contundente, o evento como uma ameaça para a sociedade ou para o Brasil. Deste modo, não ocorreu um discurso de securitização, como o ocorrido no exemplo da Guerra do Iraque, que demonstrou a necessidade de ações excepcionais de caráter militar para assegurar a segurança estadunidense. Conforme a teoria da securitização, um discurso construindo um objeto

(desastre ambiental) como ameaça institucional possibilitaria ações excepcionais, como ações militares assertivas. Não houve um agente relacionando o derramamento a questão de segurança nacional que exigiria ações fora das normas estabelecidas. As ações da Marinha foram dentro da normalidade de emprego, em uma estrutura formalmente pré-estabelecida para lidar com estes eventos.

Outrossim, um discurso focado nas ameaças poderia proporcionar condições sociais favoráveis para a politização em termos de segurança nacional e a aceitação das elites e atores políticos (audiência relevante), que em seguida legitimaria o ato securitizador e as necessárias medidas para sua implementação. A Securitização então se representaria por operações militares mais assertivas, aquisição de meios, construção de estruturas como radares militares nas ilhas oceânicas brasileiras ou outras estruturas militares, como observado na Securitização ocorrida na pirataria no Golfo da Guiné.

4.4 Politização e Despolitização

Inicialmente, após o destaque na mídia, o tema foi se politizando. Deputados da oposição, com a contribuição de grande parte da bancada do nordeste, registraram um pedido para abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o óleo no Nordeste. A Comissão foi criada com a finalidade de investigar a origem do óleo, avaliar as medidas implementadas pelos órgãos competentes, averiguar responsabilidades e propor ações que mitiguem os atuais danos e o acontecimento de novos incidentes. A CPI foi instalada em 30 de outubro de 2019 e encerrou seus trabalhos em 11 de março de 2020.

A implementação da CPI resultou de um despacho oficial assinado por 267 do total de 513 deputados. O número supera com folga a quantidade mínima de 171 assinaturas necessárias pelo regulamento da Casa para a apresentação desse tipo de procedimento. O grupo deverá investigar o surgimento das manchas de óleo, bem como apreciar as medidas que estão sendo adotadas pelos órgãos competentes, verificar os responsáveis pelo vazamento e indicar atitudes e ações que mitiguem os atuais danos e protejam o litoral da ocorrência de novos acidentes (SAMPAIO, 2019).

Durante a CPI, ocorreram críticas a demora do governo em atuar para conter o derramamento. Especialistas convidados como testemunhas na Comissão criticaram a lentidão do governo em proceder de forma a diminuir os impactos do desastre. Ocorreu

apontamentos afirmando sobre a impossibilidade para avaliar os impactos do óleo no meio ambiente e na saúde das pessoas. Houve imperativos para o governo acompanhar a saúde de todos os indivíduos que tiveram, direto ou indiretamente, contato com o óleo (XAVIER; TRIBOLI, 2019). No nível político, verificou-se a tentativa de desgastar o governo. A CPI apresentou a tendência de demonstrar uma possível omissão do governo no tratamento do incidente (CAMPANY, 2021).

Além disso, é importante destacar que houve despolitização no processo. A CPI sobre derramamento de óleo foi encerrada em março de 2021 por perda do limite para renovação. Deputados não votaram em plenário para prorrogar a comissão que ultrapassou a data-limite estabelecida pelo regulamento da Câmara dos Deputados. Segundo o colunista do jornal O Globo, Lauro Jardim, a CPI não prosseguiu em virtude de articulações políticas do governo Bolsonaro, que não queria que um relatório demonstrasse as omissões na resposta ao incidente. Em 25 de março, os componentes da CPI, em uma reunião virtual, chegaram a aprovar a renovação dos trabalhos. Porém, sem o consentimento de todos os parlamentares da Casa, à Comissão terminou sem relatório final (POR PERDA, 2021). Durante a CPI, chegaram a ocorrer 15 audiências públicas até que as atividades fossem suspensas. O governo percebeu que poderia ser responsabilizado e elaborou de tudo para finalizar os trabalhos. Na apreciação de alguns deputados, independente da responsabilização criminal, os fatos mostraram o total despreparo brasileiro para gerenciar a situação (EBRAHIM, 2021).

Observa-se, que o derramamento de óleo, de modo sumário, passou de uma questão politizada, em que o assunto se tornou parte de políticas públicas, exigindo decisão do governo e alocações de recursos, para um assunto despolitizado. Destaca-se que o assunto não foi encaminhado ao nível político por necessidade de segurança, mais, sim, por aspectos políticos. Os agentes da politização tinham como objetivos agendas políticas e não de segurança.

4.5 Discurso da MB durante a CPI do Óleo

Como Coordenador Operacional do incidente, coube a MB formular o Relatório Final que foi enviado para a CPI sobre o derramamento de óleo no Nordeste, dentro do contexto de politização do ocorrido.

Inicialmente, expõe-se, nas conclusões do relatório, o não descarte de possível Guerra Híbrida¹⁸ e que casos similares podem ocorrer no futuro. Alerta para a possibilidade de que crimes ambientais parecidos podem ser patrocinados por Estados com interesse em gerar prejuízos econômicos, como nas atividades pesqueiras e na indústria do turismo, assim como, uma instabilidade social. Deste modo, considerando a importância dos aspectos apresentados para o crescimento e desenvolvimento econômico nacional, a estabilidade e a preservação ambiental do Atlântico Sul alcançam especial interesse para o Brasil (BRASIL, 2020a).

Alertou para a conformação da Corrente sul-equatorial, com origem na costa africana e flui de leste a oeste, colidindo com o litoral do Nordeste brasileiro, onde se bifurca para o norte e para o sul, a qual permite que objetos ou substâncias lançados em sua área de influência sejam trazidos para a costa brasileira, a exemplo do ocorrido no derramamento de óleo (BRASIL, 2020a).

Continuando, salienta que diariamente, 2.100 navios mercantes cruzam as AJB, além de barcos de pesca, monitorados pelos sistemas disponíveis no Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR) da MB, de forma compulsória pelas embarcações brasileiras, porém, de forma voluntária por embarcações estrangeiras, que passam informar sua posição e programação de viagem por meio da adesão espontânea ao Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM). Acrescentou que é necessário o firme posicionamento do Brasil junto à Organização Marítima Internacional (OMI), obrigando todas as embarcações a cumprir o protocolo de monitoramento do SISTRAM, a fim de promover uma resposta rápida aos possíveis danos por poluição hídrica, as necessidades de salvamentos marítimos e para o aumento da Consciência Situacional Marítima (BRASIL, 2020a).

No mesmo contexto, adicionalmente, no âmbito do Estado brasileiro, apresentou a necessidade de busca de um modelo menos dependente do recebimento dessas informações (adesão espontânea ao SISTRAM por embarcações estrangeiras), evoluindo para um sistema que atue, também, com outros sensores e equipamentos ativos, para se obter aquelas informações não disponibilizadas voluntariamente. O atual sistema de monitoramento permite uma boa análise do posicionamento e conduta dos navios que utilizam seus

¹⁸Guerras com a combinação de ações militares, não militares, que estarão conectadas por uma infinidade de formas e métodos e por uma mistura de ações políticas, econômicas, tecnológicas e ambientais, aproveitando principalmente da superioridade informacional e o controle da narrativa.

equipamentos de forma constante. Entretanto, há imperiosa necessidade do incremento da evolução desse sistema, considerando o desenvolvimento científico-tecnológico, bem como a capacidade de integração de novos sistemas (BRASIL, 2020a).

Salienta que a experiência internacional apresenta uma ampliação de ocorrências de atos ilícitos no mar, em todas as suas variedades, o que exige uma maior presença do Brasil em suas águas jurisdicionais, para alcançar a Segurança Marítima. As fragilidades no controle do tráfego marítimo afetam diretamente as dimensões da Segurança Marítima, a segurança nacional, a segurança humana, o meio ambiente e o uso econômico do mar (BRASIL, 2020a).

O monitoramento da Amazônia Azul pela MB, com emprego de recursos de CT&I, iniciou na década de 90, com a criação do SISTRAM. Esse sistema recebe informações de diversos outros sistemas de monitoramento nacionais e internacionais, porém o sistema é, em grande medida, baseado em informações voluntárias. Neste contexto, em 2010, a MB criou o SisGAAz, que prediz o desenvolvimento e a instalação gradativa de sensores que recebem informações voluntárias e que detectam contatos em qualquer situação. Um dos propósitos do SisGAAz é monitorar todo o tráfego marítimo na Amazônia Azul, independente de colaboração (BRASIL, 2020a).

Sublinhou que em 2018, em função dos cortes orçamentários, o projeto inicial do SisGAAz foi remodelado, sendo substituído por um sistema modular a fim de se adaptar com a disponibilidade de recursos orçamentários para instalação e manutenção dos equipamentos de detecção ativa e passiva. Para o desenvolvimento completo do SisGAAz, vislumbra-se diversas outras ações necessárias para se alcançar a capacidade de vigilância e monitoramento marítimo necessário à demanda brasileira. Neste sentido, evidencia-se a instalação de uma rede de radares de longo e médio alcance ao longo do litoral, a instalação de barreiras de hidrofones em pontos estratégicos, a aquisição de drones para patrulha sistemática e a modernização da rede de estações radiogoniométricas da MB (BRASIL, 2020a).

Adicionalmente, foi apresentado para a CPI, a necessidade de aquisição de novos meios, com o propósito de substituir os que saíram de serviço e aqueles que excederam sua vida útil. Ressaltou que tais meios também auxiliarão as atividades de outros órgãos municipais, estaduais e federais. Mostrou que atualmente, a Marinha possui programas de modernização e atualização de meios como os das Fragatas da Classe Tamandaré, dos Navios-Patrulha, das Aeronaves de Esclarecimento Marítimo Remotamente Pilotadas e do

Desenvolvimento de Submarinos Convencionais e Convencionais de Propulsão Nuclear. Exibiu a importância desses Programas, que além de assegurarem o acompanhamento e proteção da nossa Amazônia Azul, influência, de forma positiva, nossa economia, por meio do incentivo a Base Industrial de Defesa, gerando empregos diretos e indiretos, circulação de renda, ampliando a arrecadação de impostos e a incorporação de tecnológicas que poderão ser empregadas em inúmeras outras atividades industriais (BRASIL, 2020a).

De modo complementar, o Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior¹⁹ declarou em entrevista realizada em novembro de 2019, ainda durante a realização da CPI, a necessidade de um sistema de monitoramento do litoral e apoio político para verbas. Além disso, destacou a necessidade de uma declaração na Convenção Marítima Internacional²⁰, em Londres, buscando mudanças nos tratados sobre navegação, a fim de possibilitar um melhor monitoramento das embarcações e proporcionar a punição de atos criminosos. Segundo ele, existem cerca de 80.000 navios mercantes em movimento no mundo e espera-se que até o ano de 2040 este número chegue aos 272.000 navios. O Almirante Ilques declarou ainda que se não houver controle adequado do deslocamento desses navios mercantes, há uma grande chance de ocorrer ameaças desse tipo ou até mesmo terrorismo em nossas águas. Destacam-se as declarações do Almirante Ilques como: *“Esse assunto pode acontecer com qualquer país. Essa é uma nova arma. Lembra dos aviões que se chocaram com as torres gêmeas”* e *“Se nós não tivermos o controle positivo do deslocamento desses navios mercantes, a probabilidade de acontecer ameaças desse tipo ou até envolvimento terrorista é muito alto, elevadíssima”* (BENITES, 2019).

O discurso da MB, durante a CPI do óleo, destacou-se pelo tom emergencial ao apontar para ameaças estruturais ao Estado brasileiro, como a possível Guerra Híbrida, que pode causar prejuízos econômicos ou sociais motivados por diversos interesses. Além disso, as manifestações mencionaram a ampliação de ocorrências de atos ilícitos no mar, em todas as suas variedades. Adicionalmente, o discurso mostrou as fragilidades no controle do tráfego marítimo que afetam a segurança humana, do meio ambiente e da economia.

Continuando, salientou que para sanar estas ameaças, são exigidas ações na direção de investimentos no SisGAAz com o propósito de diminuir nossa dependência do aspecto

¹⁹Comandante da Marinha entre janeiro de 2019 e abril de 2021.

²⁰A Convenção de Londres é uma convenção internacional amparada em 13 de novembro de 1972 para a segurança dos oceanos contra todas as formas de poluição.

colaborativa, por meio da utilização de equipamentos e sensores ativos. Ainda, foi apresentado a necessidade de aquisição de novos meios e a importância dos programas de atualização e modernização como das Fragatas da Classe Tamandaré, dos Navios-Patrolha, das Aeronaves de Esclarecimento Marítimo e Remotamente Pilotadas e do desenvolvimento de Submarinos. Além disso, destacou a necessidade de alterações nos tratados sobre navegação e apontou que a probabilidade de acontecer ameaças desse tipo ou até terrorismo é muito alta.

Notoriamente, dentro da politização implantada por agentes políticos, como ocorrido com o derramamento de óleo, constatada pela instalação da CPI, a MB atuou como um agente securitizador de modo moderado. Por meio do discurso, a MB buscou apresentar as ameaças relacionadas ao mar e autorização para adotar medidas de investimentos e incentivos em seus programas. No entanto, não houve demanda para quebra de regras estabelecidas no âmbito político, como ações práticas de monitoramento ostensivo, aquisição de meios de modo excepcional ou o estabelecimento de uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), permitindo uma maior atuação das Forças Armadas. Neste contexto, observa-se que o movimento de politização foi conduzido por agentes políticos, com uma agenda prioritariamente política, o que impossibilitou a audiência de legitimar as agendas de segurança para MB.

De modo sumário, durante a atuação no derramamento de óleo, a MB não atuou como agente securitizador. Seu discurso ficou concentrado na divulgação de ações de combate ao óleo e de iniciativas para zelar pela sua imagem. Já durante a CPI, posteriormente aos acontecimentos, a MB atuou como um agente securitizador moderado. Considera-se moderado porque apresentou as ameaças, mas não houve demanda que envolvesse quebra de regras estabelecidas no âmbito político ou ações fora da normalidade. Destaca-se que o objeto (derramamento de óleo) foi politizado com motivações políticas, o que fragilizou a evolução efetiva para uma securitização ambiental do objeto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os oceanos apresentam um papel importante na história das civilizações em suas dimensões política, econômica, social, militar e ambiental. A globalização, em particular, se desenvolveu graças às possibilidades que os oceanos oferecem para o transporte e a exploração de recursos naturais. Para o Brasil, o Oceano Atlântico é uma via de transporte fundamental para as suas trocas comerciais e uma fonte de riquezas, especialmente na exploração de petróleo. As dimensões das AJB e sua importância devem impulsionar políticas relacionadas ao mar inseridas na realidade estrutural do país. Entretanto, neste cenário, também encontramos diversas ameaças que podem afetar as atividades econômicas, ambientais e sociais brasileiras.

Diante das diversas possibilidades de emprego da MB, exemplificadas na função de defesa contra ameaças estatais; nas vertentes *safety* e *security* de Segurança Marítima; e na atuação como AM, aponta-se para a necessidade de investimentos em recursos materiais e humanos compatíveis com a extensão marítima brasileira. Isso visa proporcionar o combate às diversas ameaças e possibilitar a execução de todas as atividades relacionadas com a segurança do material e do pessoal nas AJB. A salvaguarda dos interesses marítimos nacionais deve ser obtida por uma defesa marítima versátil e de amplo espectro. Deste modo, a estrutura de defesa deverá ter mobilidade e capacidade de monitorar e controlar, para possibilitar o planejamento de uma Defesa Marítima Proativa.

No tema segurança, sublinha-se a Escola de Copenhague, que propõe um alargamento do escopo de atores, dentro do processo de Securitização, que vai além da tradicional agenda político-militar, possibilitando a abordagem do tema relacionando-o a assuntos econômicos, sociais ou ambientais. Neste contexto, podemos encontrar atores e fenômenos de segurança em outros setores não relacionados aos clássicos motivos militares e políticos.

A Securitização se inicia por meio de um discurso que sinaliza a existência de uma ameaça que, devido a seu caráter urgente, requer medidas extraordinárias e emergenciais. Posteriormente, é necessária a aceitação e legitimação de tais medidas frente a uma audiência. Por meio deste movimento securitizante, um evento pode desencadear respostas militares amplas. Por exemplo, a pirataria ou questões ambientais podem ser apresentadas como ameaça a um determinado sistema de interesse internacional. Isso possibilita

desencadear ações militares, em diversos aspectos, para proteger este interesse, politizados por agentes estrangeiros. Destaca-se que no mesmo exemplo, da pirataria ou questões ambientais, há a possibilidade de serem apresentadas como ameaças ao Estado, o que desencadearia ações militares e investimentos em segurança, neste caso, politizados por agentes internos em prol do Estado. Adicionalmente, neste contexto, pode-se considerar também a intervenção direta de agentes externos ao País, impulsionados por interesses diversos, não necessariamente relacionados com a segurança do objeto securitizado. É possível aproveitar construídas narrativas sobre insegurança ou condições de impossibilidade, do referido Estado, de arcar com as devidas atitudes ou ações militares relacionadas ao assunto securitizado, para justificar mencionada intervenção.

Referente ao movimento de Securitização, a audiência é extremamente importante para a efetivação do processo. Securitizar um tema representa construí-lo como objeto ameaçante e formar opiniões a favor de intervencionismo militar. A ameaça existencial é efetivamente securitizada somente a partir da aceitação de uma audiência relevante como as elites e atores políticos que, em seguida, legitimam o ato securitizador. Neste contexto, exemplificando, destaca-se a influência de grupos internos, como os neoconservadores estadunidenses, que detinham uma política própria de redemocratização do mundo árabe e utilizaram os atentados de 11 de setembro para conseguir a anuência da opinião pública e da administração do presidente Bush para aprovar, internamente, a Guerra ao Iraque.

As ameaças nas AJB devem ser apresentadas às nossas elites e atores políticos, a fim de possibilitar uma maior conscientização das nossas reais necessidades de segurança e validar eventuais ações e investimentos militares. Nesta conjuntura, aponta-se como relevante a iniciativa de ações para politizar a importância do mar e suas ameaças nos aspectos econômico, ambiental e científico. Isso possibilita, em certas circunstâncias, securitizar temas e legitimar ações urgentes e emergenciais em prol da Segurança Marítima.

Além disso, exemplifica-se a Securitização da pirataria no Golfo da Guiné, que corresponde a uma política de segurança subjetiva que contempla os interesses econômicos de investidores estrangeiros e de Estados na região, possibilitando a atuação de meios militares estrangeiros. Destaca-se que o interesse destes atores é unicamente relacionado às questões econômicas da região e as ações de segurança são toleradas pelos Estados locais. Considera-se a possibilidade de temas como a pirataria ou ambiental poderem ser elevados ao plano de segurança internacional em atendimento a interesse de terceiros e não como

fruto das reais necessidades dos Estados. Deste modo, a gerência, por parte do Estado, dos assuntos de segurança em seu entorno estratégico, representa uma importante iniciativa para proporcionar autonomia das suas propensões. Por outro lado, compreende-se que a Securitização, mesmo conduzida em parte por atores externos ao Estado, no caso do Golfo da Guiné, repercute em um impulsionamento nas atividades das Forças de Segurança por meio de investimentos e parcerias.

O incidente de poluição por óleo no nordeste brasileiro apresentou características e dimensões próprias que o diferencia dos derramamentos habituais ocorridos no Brasil ou em outros países. A origem desconhecida e a ocorrência a uma grande distância da costa indicam para a demanda de uma maior capacidade de monitorar e controlar as AJB, além de grande mobilidade para as forças de segurança, a fim de possibilitar o planejamento de uma Defesa Proativa. O derramamento impulsionou preocupações com a questão ambiental e por decorrência podem ser ampliadas para outras questões de segurança. A dificuldade de monitoramento, implica na possibilidade de ocorrência de outras ameaças como o tráfico de drogas, o terrorismo ou a pirataria. Tais associações possibilitam maior viabilidade e legitimidade para ações militares de caráter emergencial e investimento para a Segurança Marítima, reforçando o discurso de Securitização.

Destaca-se, na questão ambiental do derramamento de óleo, que as atividades de Relações Institucionais tiveram papel relevante, contribuindo para aumentar o entendimento da sociedade em relação às ações realizadas e a mitigação da exposição prejudicial da Força. As ações de ComSoc contribuem para transformar eventos negativos em uma oportunidade. Adicionalmente, torna-se relevante, quanto mais a sociedade compreende a importância do mar para o Brasil, maior será o interesse em investimento em protegê-lo. Outrossim, há de se compreender a capacidade de influenciar todos os níveis da sociedade, incluindo os atores políticos, apresentando os desafios e as necessidades, para conduzir a discussão dos assuntos relacionados as ameaças marítimas em altos níveis políticos, destacando as tarefas de *safety* e *security*.

De modo geral, a Marinha apresentou um discurso concentrado na divulgação de ações de combate ao óleo, iniciativas para zelar pela sua imagem e de combater eventuais ações de desinformação e de pressões políticas relacionadas ao setor ambiental, durante sua atuação no evento do óleo. Não destacou, de modo contundente, o ocorrido como uma ameaça para a sociedade ou a necessidade de ações excepcionais de segurança marítima.

Aponta-se que as ações da marinha foram condicentes com as normas e regulamentos em uma estrutura governamental pré-estabelecida para lidar com desastres ambientais. Deste modo, verificou-se que não ocorreu um discurso de securitização durante o evento.

Complementarmente, considera-se que um discurso focado nas ameaças poderia proporcionar condições sociais favoráveis para a politização em termos de segurança nacional e a aceitação das elites e atores políticos. Esta aceitação legitima o ato securitizador e as necessárias medidas para sua implementação. O ato securitizador poderia ser representado por operações militares mais assertivas, aquisição de meios ou construção de estruturas militares. Aponta-se que este discurso não foi explorado durante a atuação da MB no derramamento do óleo.

Posteriormente, já durante a CPI do óleo, o discurso da MB apresentou mudanças. Buscou um tom mais emergencial, apontando para ameaças estruturais ao Estado brasileiro, como a possível Guerra Híbrida, além de expor a ampliação de ocorrências de atos ilícitos no mar, em todas as suas variedades. O discurso ressaltou as fragilidades no controle do tráfego marítimo e apontou para as necessidades de investimentos no SisGAAz. Foi exposto à necessidade de aquisição de novos meios e a importância dos Programas de atualização e modernização de equipamentos. Ainda, destacou a necessidade de alterações nos tratados sobre navegação e indicou para a possibilidade de novos acontecimentos desse tipo ou até terrorismo.

Ao todo, o derramamento de óleo se tornou parte de políticas públicas. No entanto, não foram observadas questões em que a classe política considerou uma ameaça existencial, exigindo medidas excepcionais e validando ações fora dos limites da normalidade do processo político. Todas as medidas tomadas no combate ao óleo estavam previamente formalizadas. Destaca-se, que o derramamento, de modo sumário, passou de uma questão politizada, em que discussões foram ao nível político, por ocasião da CPI do óleo, para um assunto despolitizado, em virtude de seu encerramento sem notoriedade. Considera-se que o assunto não foi encaminhado ao nível político por necessidade de segurança, mais, sim por aspectos políticos. Os agentes da politização tinham como objetivos agendas políticas e não de segurança. Tal fato impossibilitou a audiência de legitimar as agendas de segurança da MB, em virtude de não ser o foco da politização.

Notoriamente, dentro da politização implantada por agentes políticos, durante a CPI, a MB atuou como um agente securitizador de modo moderado. A MB buscou apresentar as

ameaças relacionadas ao mar e buscou autorização para adotar medidas de investimentos e incentivos em seus programas. No entanto, não houve demanda para quebra de regras estabelecidas no âmbito político, como ações práticas de monitoramento ostensivo, aquisições excepcionais ou o estabelecimento de uma GLO marítima, permitindo uma maior atuação das Forças Armadas.

Deste modo, conclui-se que não ocorreu Securitização do derramamento de óleo na costa brasileira. Durante o evento, o discurso da MB ficou focado na divulgação de ações de combate ao óleo, mitigação de eventuais ações de desinformação e de iniciativas para proteger a força de especulações, não atuando como agente securitizador. Posteriormente aos acontecimentos, já durante a CPI, a MB atuou como um agente securitizador moderado. Considera-se moderado em virtude de um discurso apresentando as ameaças, porém não demandando ações fora da normalidade, exigindo um caráter excepcional. Compreende-se que o objeto (derramamento de óleo) foi politizado com motivações políticas, o que abrandou a Securitização ambiental e não ocorreram ações excepcionais de caráter militar, desconsiderando condições normais, legais ou comportamentais vigentes.

Por fim, sugere-se, como uma possibilidade de pesquisas futuras, analisar os possíveis movimentos de Securitização que podem ocorrer no Entorno Estratégico brasileiro e como a MB poderia atuar neste contexto. Vislumbra-se ampliar o tema Securitização e sua possível utilização em um contexto de Guerra Híbrida.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Sheyla Vieira Santos. *A Comunicação Social Aplicada em Operações Navais na Marinha do Brasil: O Papel Estratégico da Comunicação Social na Gestão da Crise do Derramamento de Óleo*. 2020. 38 f. Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso Superior, Rio de Janeiro, 2020.
- ANDRADE, Douglas Ferreira de. *A Comunicação Social Aplicada em Operações Navais na Marinha do Brasil: Operação “Amazônia Azul - Mar Limpo é Vida” e a Crise do Óleo - 2019*. 2020. 53 f. Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso Superior, Rio de Janeiro, 2020.
- BANDEIRA, Vanessa. O Fim da Pirataria no Golfo da Guiné é Sinônimo de Segurança Marítima na Região. *Boletim Geocorrente*, Rio de Janeiro, Nº 176, p. 8, fevereiro, 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/boletim_geocorrente>. Acesso em: 21 junho 2023.
- BEIRÃO, André Panno; MARQUES, Miguel; RUSCHEL Rogerio Raupp. *O Valor do Mar. Uma Visão Integrada dos Recursos do Oceano do Brasil*. Segunda edição Revisada e ampliada. São Paulo: Essencial Idea, 2020. 126 p.
- BENITES, Afonso. Comandante da Marinha Diz que Brasil Precisa de Dois Bilhões de Reais para Evitar novos Desastres no Mar. *brasil.elpais.com*, 2019. Disponível em: <https://www.brasil.elpais.com/brasil/2019/11/20/politica/1574207509_692336.html>. Acesso em: 10 junho 2023.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Comandante da Marinha. Ofício nº 30-279 do CM. Incidente de Poluição por Óleo na Costa Brasileira. *Relatório Final do Coordenador*, Brasília: 2020, 19 agosto 2020a.
- _____._____. Estado-Maior da Armada. PEM 2040, 10 de setembro de 2020. *Plano Estratégico da Marinha*, ano 2020, Brasília: 2020. 10 setembro. 2020b.
- _____._____._____. *EMA-860: Manual de Comunicação Social da Marinha*. 2ª Revisão. Brasília: 2021.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security. A New Framework for Analysis*. London: Lynne Reinner, 1998. 237 p.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *The Evolution of International Security Studies*. London: Cambridge University Press, 2009. 384 p.
- CAMPANY, Luiggi. *Ameaças Híbridas e a Segurança Marítima do Século XXI*. 2021. 114 f. Tese apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégias Marítimas, Rio de Janeiro, 2021.
- CAMPOS, Marcelo Francisco. Derramamento de Óleo - Grande Desafio. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 142 n. 01/03, p. 17-34, janeiro/março, 2022, disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/rmb/edicoes-2022>>. acesso em: 30 junho 2023.
- CARDOSO, João Victor Marques. Deep Blue Project: O Papel da Nigéria na Segurança Marítima do Golfo da Guiné. *Boletim Geocorrente*, Rio de Janeiro, Nº 144, p. 9, julho, 2021.

Disponível em: < https://www.marinha.mil.br/egn/boletim_geocorrente>. Acesso em: 21 junho 2023.

EBRAHIM, Raíssa. Como a “Boiada” Bolsonaroista Soterrou a CPI do Óleo. *marcozero.org*, 2021. Disponível em: <<https://marcozero.org/como-a-boiada-bolsonarista-soterrou-a-cpi-do-oleo/>>. Acesso em: 24 junho 2023.

SAMPAIO, Cristiane. CPI Vai Apurar Origens do Vazamento de Óleo no Nordeste. *brasildefato.com.br*, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/11/18/cpi-na-camara-dos-deputados-vai-apurar-origens-do-vazamento-de-oleo-no-nordeste>>. Acesso em: 06 maio 2023.

FARIA, Aline Dutra de. *Derramamento de Óleo no Litoral Brasileiro: Dinâmica Governamental no Gerenciamento da Resposta ao Desastre*. 2022. 125 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Vila Velha - ES, Vila Velha, 2022.

GRAND AFRICAN NEMO 2022 Exercise Kicks Off. *navalnews.com*, 2022. Disponível em: <<https://www.navalnews.com/naval-news/2022/10/grand-african-nemo-2022-exercise-kicks-off/>>. Acesso em: 24 junho 2023.

JUNIOR, Lino Braz da Cruz. *Poluição por Óleo no Mar: Um Estudo Sobre o Incidente no Nordeste brasileiro em 2019*, 2019. 68 f. Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Rio de Janeiro, 2019.

MOTTA, Bárbara Vasconcellos de Carvalho. *Securitização e Política de Exceção. O Excepcionalismo Internacional Norte-Americano na Segunda Guerra do Iraque*. São Paulo: Editora UNESP, 2015. 154 p.

POR PERDA de Prazo de Renovação, CPI Sobre Derramamento de Óleo no Nordeste é Encerrada. *muitainformacao.com.br*, 2021. Disponível em: < <https://muitainformacao.com.br/post/30891-por-perda-de-prazo-de-renovacao--cpi-sobrederramamento-de-oleo-no-nordeste-e-encerrada>>. Acesso em: 06 maio 2023.

RAMOS, Sandro Fortes da Silva. *Segurança Marítima no Golfo da Guiné: Uma Análise Crítica Sobre o Processo de Securitização da Pirataria*. 2015. 114 f. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2015.

THE INTERNATIONAL Maritime Defense Exhibition and Conference. *oceannews.com*, 2019. Disponível em: <<https://www.oceannews.com/news/defense/the-international-maritime-defense-exhibition-and-conference/>>. Acesso em: 24 junho 2023.

XAVIER, Luiz Gustavo; TRIBOLI, Pierre. Especialistas Criticam Demora do Governo em Agir para Conter Derramamento de Óleo no Nordeste. *camara.leg.br*, 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/622821-especialistas-criticam-demora-do-governo-em-agir-para-conter-derramamento-de-oleo-no-nordeste>>. Acesso em: 24 junho 2023